

TRABALHO-EDUCAÇÃO: CONTRADIÇÕES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Maria Ciavatta¹

Resumo: o tema trabalho e educação ou trabalho-educação expressa a síntese de que todo trabalho, simultaneamente, produz produtos, conhecimentos e sociabilidade entre os trabalhadores. E todo trabalho educa no sentido de que a educação é uma atividade de transformação do ser humano pelo agir sobre a natureza, para suprir suas necessidades vitais. Tratamos de duas questões principais, conceituais e empíricas. São as contradições sociais que incluem avanços e retrocessos, porque sujeitos, objetos e fenômenos existem em um processo permanente de transformação por contradição. A segunda questão é o ensino médio integrado, ou a formação integrada entre a formação geral e a educação profissional, que evidencia muitos retrocessos e alguns avanços. Sua compreensão se faz pela totalidade social que nos constitui com nossas particularidades históricas, no descompasso entre o trabalho humano e o tipo de civilização capitalista em que estamos imersos. Não existe a sintonia necessária entre educação básica e educação profissional, e as necessidades educacionais dos jovens estudantes. Três são os aspectos de que vamos tratar: primeiro, a historicidade do mundo do trabalho no “capitalismo de plataforma”; segundo, a formação integrada à educação profissional; por último, os pressupostos para a formação integrada.

Palavras-chave: trabalho-educação, contradição, formação integrada, educação profissional.

Introdução

O tema trabalho e educação ou trabalho-educação expressa a síntese de que todo trabalho, simultaneamente, produz produtos, conhecimentos e sociabilidade entre os trabalhadores. Do ponto de vista epistemológico, trabalho-educação é um conceito cuja *epistême* (verdade, saber, conhecimento) tem por base objetos e acontecimentos externos ao termo linguístico, que constituem a realidade de onde se parte para a elaboração teórica da unidade dos termos. Outro aspecto conceitual importante para a unidade epistemológica de trabalho-educação é o conjunto dos processos sociais ou as mediações

REVISTA CIÊNCIAS DO TRABALHO Nº 28
NOVEMBRO DE 2025

¹ Professora Titular de Trabalho-Educação e Docente Senior do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora Senior do CNPq. Coordenadora do Grupo THESE – Projetos Integrados de Pesquisa em Trabalho, História, Educação e Saúde (UFF-UERJ-EPSJV-Fiocruz).

históricas que constituem sua totalidade social e permitem falar em conhecimento social e cientificamente produzido.² Todo trabalho educa no sentido de que a educação é uma atividade de transformação do ser humano pelo agir sobre a natureza, para suprir suas necessidades vitais e construir a história (alimentar-se, vestir-se, abrigar-se, reproduzir-se, produzir outros meios de vida, culturas).³

Duas são as questões principais sobre o tema de que vamos tratar, ambas conceituais e empíricas. A primeira, são as contradições sociais que incluem avanços e retrocessos, porque a realidade, seus fenômenos, objetos e sujeitos existem em um processo permanente de transformação por contradição (não apenas conflitos), isto é, pelo movimento das forças sociais e suas possíveis articulações.⁴ A segunda, é o ensino médio integrado ou a formação integrada entre a formação geral e a formação específica, com foco em determinadas atividades profissionais.⁵

Vivemos imersos em contradições, nem sempre facilmente identificáveis. Elas existem no plano interno dos acontecimentos e no plano externo com que acontecimentos e sujeitos se articulam. A história da legislação educacional referente ao Ensino Médio e à Educação Profissional é uma sucessão de contradições com muitos retrocessos e alguns avanços.

Sua compreensão se faz pela visão de conjunto, pela totalidade social que nos constitui, com nossas particularidades. Referimo-nos a uma visão contextualizada dos fenômenos, o que supõe ir além da aparência dos fatos, buscar compreendê-los na sua essência, a partir das múltiplas relações que estabelecem em sua produção, apropriação e ideologias.

Outra questão importante sobre o tema formação integrada é a ideia que desenvolvemos há anos, uma ideia que está presente cada vez mais no mundo do trabalho e da educação. Trata-se do descompasso entre o trabalho humano e o tipo de civilização capitalista em que estamos imersos. De outra parte, não existe a sintonia necessária entre a educação básica e a educação profissional, entre as imposições do mundo do trabalho e as necessidades educacionais dos jovens estudantes.

Vivemos num mundo de descompassos, onde a sintonia é necessária,

² CIAVATTA, M. Trabalho-educação – uma unidade epistemológica, histórica e educacional. **Trabalho Necessário**, Nêddate, UFF, v. 17, n. 32, p. 132-149, 2019.

³ MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (I - Feuerhach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

⁴ Sobre o uso do conceito de contradição, temos por base Marx, K. **O capital**. (Crítica da economia política). Livro 1: O processo de produção do capital. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; MAO Tsé-tung. **Sobre a prática e sobre a contradição**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

⁵ Este texto tem por base a pesquisa CIAVATTA, M. A fotografia em livros e artigos especializados: da História da Educação à História de Trabalho-educação. Bolsa de Produtividade em Pesquisa Sênior (2023-2028), Proc. CNPq 313567/2022-6. O texto retoma questões elaboradas para o debate “Ensino Médio Integrado: avanços, contradições e perdas” promovido pelo Sindicato Nacional de Servidores Federais da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (SINASEFE) / Seção Instituto Federal da Bahia e Colégio Militar de Salvador (IFBa/CMS), realizado on line, no dia 18 de setembro de 2024.

mas não é facilmente alcançável. Alguns fatos nos ajudam a pensar os diferentes aspectos da questão. Chama nossa atenção nos dias atuais a necessidade de aprendizado científico-tecnológico à medida em que avança o conhecimento científico e sua aplicação na forma de tecnologias digitais. Mas há, paralelamente, uma perda da memória que parece ser correlata ao volume e à aceleração das informações fragmentadas que nos tocam incessantemente. Observa-se, também, em transformação acelerada e agravamento, a crise climática no planeta em que vivemos.

Para compreender as contradições, avanços e retrocessos desses dois espaço-tempos, o descompasso e a sintonia necessária entre a vida humana humanizada e sua produção social no sistema capitalista, precisamos pensar a realidade a partir das relações múltiplas que nos constituem como seres humanos, seres da natureza, da cultura, da história de nosso país, da história de cada um.

A partir desses conceitos e pontos de vista, são três os aspectos de que vamos tratar: primeiro, a historicidade do mundo do trabalho no “capitalismo de plataforma”; segundo, a historicidade da formação integrada à educação profissional; por último, os pressupostos para a formação integrada.

A historicidade do mundo trabalho no “capitalismo de plataforma”

A colonização prolongada durante mais de três séculos, a que o Brasil e os demais países latino-americanos foram submetidos, com intervenção armada, política e ideológica, conduziu a um processo de dependência desses países relativamente ao núcleo do capitalismo central. Tal dependência se expressa em distorções na forma de vermos a nós próprios e de resolvermos os nossos problemas, porque o espelho em que nos miramos é o do colonizador e não podemos reproduzir o país colonizador, seus avanços científico-tecnológicos, sua cultura clássica cultivada em museus admiráveis, produto de séculos de incursões e pilhagens nos países colonizados.

A imagem de país com os avanços que queremos, não tem tempo histórico para ser reproduzida conforme o modelo do colonizador, mas também não reflete com nitidez a imagem local, com seus atrasos, supostos ou verdadeiros, seus avanços e suas peculiaridades culturais. É recorrente, também na história dos povos, a interdição da memória por diversos mecanismos do poder: a ocultação dos fatos, seu apagamento, a destruição de documentos, as ameaças e repressão a todo discurso ou ação que tente revelar o que está proibido pelo sistema dominante.

Nesse aspecto, lidamos positivamente com o avanço contido nesta contradição, na medida em que cultivamos a memória de nossas instituições, dos

acervos públicos e privados, como está acontecendo nos institutos federais com a coleção de livros de textos, documentos escritos e fotográficos por região, além de outras iniciativas, a exemplo dos Centros de Memória do IFRS, do IFRN, da FAETEC no Rio de Janeiro, do CEDOC da CUT em São Paulo.⁶

Os obstáculos se multiplicam no nível da história, da cultura, da política e das ideologias, quando lutamos contra o complexo de inferioridade que Jessé de Souza⁷ chamou de “complexo de vira-lata” no espaço-tempo da produção dos bens para a sobrevivência no sistema do capital. Nossos jovens estudantes e os trabalhadores vivem e são educados no “capitalismo canibal” do século XXI, nos termos de recente livro da filósofa e feminista Nancy Fraser que defende que “o capital está destruindo todas as esferas da vida, consumindo a riqueza da natureza, aprofundando o racismo, sugando a nossa capacidade de cuidar dos outros e destruindo a prática política”.⁸

Faustino e Lippold analisam que

O novo colonialismo é datificado, e a violência muitas vezes sutil produz a precarização nada suave do trabalho e aponta para uma submissão social enredada e gamificada que formata sujeitos submetidos à servidão maquínica e aos sistemas algorítmicos das grandes empresas do Norte Global.⁹

Detalhando o mundo do trabalho, o sociólogo Ricardo Antunes¹⁰ chama de “capitalismo de plataforma” esse estágio em que o crescimento das novas tecnologias de informação e de comunicação – com o uso da Inteligência Artificial e da indústria 4.0 – aumenta a automação e a robotização dos processos produtivos, dispensando trabalhadores menos qualificados, reduzindo a mão-de-obra, aumentando a produtividade, gerando a precarização do trabalho, o desemprego, o empobrecimento generalizado em grandes massas populacionais. São os mais pobres do país, sejam migrantes expulsos pelas guerras ou desesperados nacionais em busca de outros locais para sobreviver. A guerra é naturalizada e estetizada pelas imagens. É um lugar comum de milhares de mortos anônimos nos noticiários, nas mídias sociais.

O artigo do economista Luiz Gonzaga Beluzzo¹¹, toma o recente escân-

⁶ Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Fundação de Apoio à Escola Técnica no Rio de Janeiro, Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Unica dos Trabalhadores.

⁷ SOUZA, J. de. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. p. 31.

⁸ FRAZER, N. **Capitalismo canibal**. São Paulo: Autonomia literária, 2024 (apud BORGES, R. Capitalismo canibal: como se opor? **Folha de São Paulo**, Opinião, São Paulo, terça-feira, 10 set. 2024, p. A3).

⁹ FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital**. Por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo : Boitempo, 2023. p. 15.

¹⁰ ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

¹¹ BELLUZZO, L. G. Senhor feudal. **Carta Capital**, São Paulo, ano XXX, n. 1317, p. 20-21, 11 set. 2024.

dalo do bilionário Musk para qualificar o “capitalismo de plataforma” como um regime tecnofeudal, ou tecnofeudalismo, na imagem de autômatos de senhores feudais. Substitui os mercados por plataformas de negociação digital que são semelhantes a feudos, em que “o lucro, motor do capitalismo, foi substituído por sua predecessora feudal, a renda (...) é uma forma de aluguel que deve ser pago pelo acesso a essas plataformas e à nuvem de forma mais ampla”.¹²

Figura 1 – “Senhor feudal”



Fonte: BELLUZZO, L. G., “Senhor feudal”, s., s.d., autor não identificado.

Enquanto isso, no mundo da produção, continua Belluzzo,

o poder real não reside nos proprietários do capital tradicional, como máquinas, edifícios, redes ferroviárias e telefônicas, robôs industriais. Eles continuam a extrair lucros dos trabalhadores, do trabalho assalariado, mas não estão no comando como antes. Eles se tornaram vassalos em relação a uma nova classe de senhores feudais, os proprietários do capital na nuvem.¹³

E continua o autor, referindo-se aos sujeitos sociais que somos todos nós trabalhadores, os jovens estudantes de baixa renda que precisam trabalhar antes de concluir estudos ou estudando à noite, os entregadores, os uberizados, somos lançados no individualismo da sobrevivência e na competição por tempo e produtividade: “o capital deixou de alugar a força de trabalho das pessoas, mas compra pacotes de tempo separados de seus proprietários ocasionais e intercambiáveis”.¹⁴

Os senhores do “capitalismo de plataforma” constituem uma ameaça à vida individual e à democracia em todos os países em que atuam. O autor aborda também os aspectos psicológicos do mundo em que vivemos. O tem-

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem, p. 20.

¹⁴ BELLUZZO, L. G. Op. cit., p. 20.

po livre foi tomado pela ampliação de horas trabalhadas. “A sociedade de massa envolve os indivíduos nas cadeias automáticas de comportamento, manipuladas por dispositivos técnico-linguísticos”. O que resulta no “efeito manada”, na “transformação do comportamento humano em automação psíquica dos indivíduos em que os processos conscientes são substituídos por reações imediatas, simplificadoras e simplistas (...)”.¹⁵

José Eduardo Agualusa chama atenção para outros efeitos controversos das novas tecnologias com desafios inéditos para os sistemas democráticos. “A democratização do conhecimento veio de mãos dadas com a democratização da ignorância, do erro, do puro disparate, abrindo espaço para os príncipes da mentira.”¹⁶

Dentro de nosso objetivo de tratar da historicidade do mundo do trabalho no “capitalismo de plataforma”, buscamos superar a visão idealizada de que o mundo da educação se esgota na escola, por melhores que sejam nossas intenções e nosso trabalho docente. Na educação formal e não formal, precisamos discutir as palavras silenciadas pelos meios de comunicação, capital e capitalismo. Todo apelo que chega aos jovens estudantes e trabalhadores é a sedução do mercado, do consumo fácil, da ostentação dos grandes salários, das imposições do mercado de trabalho, e não suas contradições no mundo do trabalho, na negação da formação humana plena aberta a todos os conhecimentos, e não apenas à preparação funcional às necessidades das empresas.

Fazer a formação integrada com suas contradições, seus retrocessos e avanços, supõe entender e admitir a importância de situar nossas ações educativas no contexto em que ocorrem. Diferentemente da ideologia dos partidários da suposta altamente ideologizada “escola sem partido”, precisamos conversar, dialogar com nossos estudantes treinados pelas mídias sociais por fragmentos de pensamento, na sedução dos *influencers*, no passatempo sem fim do celular... felizmente, em processo de regulamentação do uso nas escolas.

A historicidade da formação integrada à educação profissional

Há um tema em disputa permanente na história da educação no Brasil: educar a todos ou a uma minoria, supostamente, mais apta ao conhecimento? A uns e a outros, que tipo de educação deve ser dada de modo a atender às necessidades da sociedade? A questão da formação integrada tem por base a

¹⁵ BELLUZZO, L. G. Op. cit., p. 21.

¹⁶ AGUALUSA, J. E. A democratização da ignorância. **O Globo**, Segundo Caderno, Rio de Janeiro, sábado, 14 jun. 2024, p. 6.

ideia de politecnia ou formação tecnológica¹⁷ e é convergente com o conceito de educação omnilateral¹⁸ que implica a formação humana em todos os aspectos, físicos, intelectuais, científicos, humanísticos e artísticos.

A imposição do trabalho e a negação da educação tomam forma nos sucessivos retrocessos das tentativas político-pedagógicas de integrar, na lei e na prática docente, o ensino médio e a educação profissional, a formação integrada entre os conhecimentos gerais das ciências (físicas, matemáticas, da natureza, humanas e sociais) e a preparação funcional para o trabalho no campo, na indústria e nos serviços. São dois aspectos recorrentes na vida dos trabalhadores, na Colônia e no Império, pela escravização dos africanos trazidos para a lavoura e a mineração no Brasil; na República, pela ausência de regulamentação das relações de trabalho e políticas restritivas na educação pública para os libertos e para brancos pobres. As sucessivas mudanças de lei, de políticas educacionais, expressam bem a destinação de classe, uns para as atividades laborais, outros para os estratos intelectuais de nível superior.

Nos anos 1940, com as necessidades da industrialização, o governo Vargas, de acordo com as elites industriais, aprovou as Leis Orgânicas do Ensino Industrial, do Ensino Comercial, do Ensino Agrícola para os filhos dos trabalhadores, e manteve separada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, a única que dava acesso ao Ensino Superior. Foram as lutas sociais dos 1950 que, progressivamente, conseguiram as Leis de Equivalência da educação profissional ao ensino secundário, o acesso à Engenharia e, depois, a todos os cursos superiores, até a equivalência plena com a LDB n. 4.024 de 1961.¹⁹

Nos anos 1960-1970, a ditadura empresarial-militar (1964-1985) determinou uma profissionalização compulsória, mediante a Lei n. 5.692 /1971, que naufragou na falta de consistência dos recursos para sua implantação nas escolas públicas profissionalizantes e deixou que o ensino privado de elite simulasse a profissionalização nas disciplinas instrumentais que reforçavam os conceitos básicos das disciplinas gerais para os exames de entrada no ensino superior.

No período de redemocratização do país, nos anos 1990, não obstante a aprovação da LDB n. 9.394/96, que permitia no seu artigo 1.º a preparação para o trabalho e o prosseguimento de estudos, o governo F. H. Cardoso, exarou o Decreto n. 2.208/97 que separou o Ensino Médio da Educação Profissional. Depois de muitas lutas, no governo Lula da Silva, seria aprovada uma rearticulação opcional, para as escolas, entre o ensino médio e a educação profissional,

¹⁷ MARX, K. **O capital**. (Crítica da economia política). Livro 1: O processo de produção do capital. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

¹⁸ MARX, K. **Os manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004; CIAVATTA, M.; Frigotto, G. Ominilateralidade. In: FERREIRA, L. et al.(orgs.). **Glossário sobre trabalho pedagógico na educação profissional e tecnológica**. Curitiba: CRV, 2024, p. 279-283.

¹⁹ CIAVATTA, M. **Mediações históricas de relação trabalho e educação**. Gênese da disputa na formação dos trabalhadores (1930-1960). Rio de Janeiro: Lamparina / CNPq / FAPERJ, 2009.

com o Decreto n. 5.154/2004, garantindo a possibilidade da educação integrada entre a formação geral e a educação profissional.

Neste século, com o golpe político, jurídico e midiático de 2016, que afastou a Presidente Dilma Rousseff, o governo Temer fez aprovar a Lei 13.415/2017 que retorna à política dos anos 1940, estabelecendo os itinerários formativos de Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e sociais aplicadas e, com menor carga horária, menos conteúdos gerais, a formação técnica e profissional para os jovens que precisam trabalhar mais cedo.

Mais recentemente, após uma longa disputa no Congresso Nacional, aprovou-se a Lei nº 14.945/2024, em que o retrocesso supera os avanços. Mantém-se o privilégio das disciplinas gerais básicas para o ensino médio (2.400 horas) e a redução dessas disciplinas na formação técnica e profissional (2.100 horas); aprovaram-se na Câmara dos Deputados os itinerários formativos, uma excrescência curricular desde a origem na Lei 13.415/17; o ensino à distância no Ensino Médio; a contabilização, no currículo escolar, de programas de curta duração, estágios e trabalho remunerado ou voluntário; a contratação de profissionais por notório saber com a desvalorização da formação e da carreira docente; e, mais grave, legalizam-se os convênios de privatização do ensino técnico profissional, que agora pode ser ofertado em instituições privadas ou públicas (sob gestão privada). Confirma-se o que está sendo considerado mais um capítulo da segregação socioeducacional vigente desde os tempos da Colônia.

Nos diversos tempos históricos, reitera-se a negação de uma educação plena e a imposição da preparação para o trabalho, a separação entre a formação geral que conduz ao ensino superior e a educação profissional para o mercado. “Formação integrada”, “formação politécnica”, “educação tecnológica” e “educação omnilateral” são termos afins. Não preparam apenas para o trabalho simples. Buscam responder às exigências do trabalho complexo e às necessidades do mundo do trabalho, que implica a formação humana, condições dignas de vida, salários condizentes, o domínio das ciências e das tecnologias como forças produtivas.

A origem remota da ideia de formação integrada está na educação socialista, que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica. Foi aí que se originou o grande sonho de uma formação completa para todos, conforme queriam os utopistas do Renascimento, e Comenius com seu grande sonho de regeneração social e, principalmente, os socialistas utópicos da primeira metade do século XIX. De modo especial, foram Saint-Simon, Robert Owen e Fourier que levantaram o problema de uma formação completa para os produtores. Finalmente, Karl Marx extraiu das próprias contradições da produção social a

necessidade de uma formação científico-tecnológica.²⁰

A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão integrado dignamente à sociedade. Essa formação supõe a compreensão das relações científicas, sociais, políticas, subjacentes a todos os fenômenos.

Para pensar a integração, Rosa Barone²¹ salienta algumas ideias importantes. A formação em oficinas não se destina à simples formação do trabalhador manual, mas ao domínio de técnicas para conduzir à habilidade para a resolução de problemas. No Brasil, falta-nos uma base cultural que tome a integração como um valor, tanto para criar através do desenho, da informática etc., como para criar artefatos tecnológicos de modo a deixar de ver o trabalhador sempre como um subalterno, um homem, uma mulher, sujeitos à secular dominação.

Trabalho, ciência e cultura são o núcleo básico do currículo integrado. Os anos 1980 foram ricos para a discussão sobre se o trabalho é sempre educativo ou em que condições o trabalho (cuja origem é o *tripalium*, é tortura, sofrimento) pode ser educativo. O debate, com forte presença dos textos gramscianos, avançou com a concepção de Lukács²² sobre a ontologia do ser social, que recupera e amplia a compreensão do trabalho em Marx.

O autor compreende o trabalho como atividade ontológica, estruturante do ser social, como um valor intrínseco à vida humana e ao conhecimento, que ele proporciona na relação com a natureza e com os demais. É o trabalho como um princípio de cidadania, no sentido de participação legítima nos benefícios da riqueza social, que se distingue das formas históricas e alienantes de exploração do trabalhador, presentes na produção capitalista.

Para pensar sobre o trabalho-educação valemo-nos, também, do conceito de mundo do trabalho, de Hobsbawm.²³ Diferente de “mercado de trabalho”, o “mundo do trabalho” inclui tanto as atividades materiais, produtivas, como os processos de criação cultural que se geram em torno da reprodução da vida. Somente às custas de enorme simplificação, reduzimos o trabalho a uma das

²⁰ CIAVATTA FRANCO, M. A escola do trabalho – A fotografia como fonte histórica. In: MAGALDI, A. M. et al. **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

²¹ BARONE, R. E. M. Formação profissional; uma contribuição para o debate brasileiro contemporâneo a partir da experiência internacional. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 13-25, jan./abr. 1998.

²² LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo, nº 4, p. 1-18, 1978.

²³ Hobsbawm, E. J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

suas formas históricas aparentes, tais como a profissão, o produto do trabalho, as atividades laborais, fora da complexidade das relações sociais que estão na base dessas ações.

Apenas enfocando o trabalho na sua particularidade histórica, nas mediações específicas que lhe dão forma e sentido no tempo e no espaço, podemos apreendê-lo ou apreender o mundo do trabalho na sua historicidade, seja como atividade criadora, que anima e enobrece o homem, ou como atividade histórica que pode ser aviltante, penosa ou que aliena o ser humano de si mesmo, dos outros e dos produtos de seu trabalho na forma mercadoria.²⁴

A contradição entre a educação para o capital e o sentido transcendente da educação, como capacidade de conhecer e de atuar, de transformar e de ressignificar a realidade, revela-se na negativa secular da educação do povo na sociedade brasileira, sempre escamoteada, por um meio ou outro, na sua universalização. E está no dualismo alimentado de diversas formas, separando a formação geral da educação profissional, cerceando a formação integrada do conhecimento que embasa a técnica e as tecnologias, sedimentando uma política curricular equivocada do ponto de vista da educação omnilateral.

Pressupostos para os avanços na formação integrada

Queremos destacar a importância de as escolas produzirem, dentro de suas realidades e de forma participativa, seus currículos e propostas político-pedagógicas, a seleção e a produção de conhecimentos e saberes, de visões de mundo, de habilidades, de valores, de símbolos e significados. Face à realidade e às possibilidades da educação profissional, tal como existe em nosso sistema educacional, apresentamos alguns pressupostos para sua realização como formação integrada e humanizadora.²⁵

a) O primeiro pressuposto da formação integrada é ser um projeto social onde as diversas instâncias responsáveis pela educação (governo federal, secretarias de educação, direção das escolas e professores) manifestem a vontade política de romper com a redução da formação à simples preparação para o mercado de trabalho.

Mas, se a educação de jovens e adultos não pode ser reduzida às necessidades estritas do mercado de trabalho, ela não pode ser alheia às suas necessidades de sobrevivência e às exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida. Em consequência,

²⁴ MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I, vo. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 79 e ss.

²⁵ Estes pressupostos têm por base um estágio de pesquisa na Università di Bologna, Itália e no Archivio storico "Associazione Paolo Pedrelli" da CGIL (Confederazione Generale Italiana del Lavoro). Constam de CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 98-102.

os estudos locais, a identificação das oportunidades ocupacionais não é um dado desprezível, pelo contrário, é parte do processo educativo.

Conhecendo algumas experiências de educação integrada da Região Emilia-Romagna (Itália), vimos que o trabalho se efetiva considerando dois polos principais, a educação básica, completa, dos jovens e as oportunidades locais de trabalho que são objeto de estudos e de acompanhamento. A empresa é reconhecida por seus interesses de produtividade, mas a educação dos jovens estudantes não pode estar submetida estritamente a esses interesses, ao tempo breve do mercado. É significativo o exemplo da formação integrada que o poder público buscava implantar onde se tinha, como base, a garantia da educação pública fundamental e média universalizada e, como parâmetros norteadores, a justiça social e o desenvolvimento econômico local.²⁶

b) Manter, na lei, a articulação entre o ensino médio de formação geral e a educação profissional em todas as suas modalidades. Isso supõe superar o dualismo na forma de impedimentos legais explícitos ou de mecanismos disfarçados na ausência de meios materiais para cumprir as duplas jornadas de escola e trabalho. Outros mecanismos pelos quais o dualismo opera são a má qualidade da educação no sistema público de ensino e a ilusão das políticas de acesso sem meios para a permanência no sistema educacional; a omissão diante da necessidade de políticas públicas (com legislação pertinente, garantia orçamentária e continuidade) que levem ao aumento da escolaridade em todos os níveis.

c) A adesão de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e pela formação específica. Esta outra questão que pudemos apreciar nos processos de busca de formação integrada nas experiências de escolas do município de Modena, na Região Emilia-Romagna. É preciso que se discuta e se procure elaborar coletivamente, as estratégias acadêmico-científicas de integração. Tanto os processos de ensino aprendizagem, como de elaboração curricular devem ser objeto de reflexão e de sistematização do conhecimento através das disciplinas básicas e do desenvolvimento de projetos que articulem o geral e o específico, a teoria e a prática dos conteúdos, inclusive com o aproveitamento das lições que os ambientes de trabalho podem proporcionar (visitas, estágios etc.).

d) Articulação da instituição com os alunos e os familiares. As experiências de formação integrada não se fazem no isolamento institucional. Observamos, nessas experiências, que a escola deve levar em conta (i) a visão que os alunos têm de si mesmos; (ii) das possibilidades de inserção social e laboral que o mundo externo lhes oferece; (iii) a visão das modalidades formativas oferecidas pela escola. O que exige um processo de diálogo e de conscientização dos alunos e de suas famílias sobre as próprias expectativas e sua possível re-

²⁶ BASTICO, Mariangela. Istruzione e formazione del sistema integrato. Palestra. Niterói: Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, 13 de agosto de 2004.

alização.

A escola não pode estar alheia às necessidades materiais para levar adiante um processo educacional completo, efetivo. Primeiro, as necessidades dos alunos para cumprir um percurso de estudos, em termos de locomoção, de alimentação, de renda mínima para se manter e manter-se na escola; segundo, a existência de instalações que ofereçam laboratórios, biblioteca, ateliês, espaços de lazer, oficinas onde aprender a teoria e a prática das disciplinas e dos projetos em curso.

Como elemento aglutinador, gerador de coesão social, a escola deve se tornar um lugar de memória, de resgate das identidades, da compreensão do presente incorporando as dificuldades, as lutas e as conquistas do passado, suas representações na forma de imagens e de documentos, seus símbolos carregados de história e de significados.

e) O exercício da formação integrada é uma experiência de democracia participativa. Ela não ocorre sob o autoritarismo, porque deve ser uma ação coletiva, já que o movimento de integração é, necessariamente, social e supõe mais de um participante. Implica buscar professores abertos à inovação, disciplinas e temas mais adequados à integração. Uma ideia em curso que parece deflagrar processos criativos nesse sentido é a articulação arte e ciência. Há que se dar ao aluno horizontes de captação do mundo além das rotinas escolares, dos limites do estabelecido e do normatizado, para que ele se aproprie da teoria e da prática que tornam o trabalho uma atividade criadora, fundamental ao ser humano.

Assim se gera o conhecimento, a ciência e a cultura como parte do aperfeiçoamento que a atuação sobre a natureza produz e o trabalho se torna princípio educativo, evidenciando a relação entre ciência e produção e as implicações da divisão técnica e social do trabalho. A integração entre o ensino médio e o ensino técnico pode atuar, também, como compromisso ético-político de preparação dos jovens das classes trabalhadoras para ganhar autonomia face ao mundo do trabalho e para ter condições de prosseguir os estudos.²⁷

f) Garantia de investimentos na educação. Não se faz boa educação, e nenhum país oferece aos seus cidadãos bons serviços sociais sem uma opção clara pela garantia dos investimentos que permitam a oferta pública e gratuita dos mesmos. Nosso país se ressentia do cumprimento das leis, a exemplo os investimentos mínimos para a educação, pela União, pelos estados e municípios, previstos na Constituição Federal. Ressentia-se da distribuição de recursos para o Ensino Médio público e gratuito, para a Educação de Jovens e Adultos, incluindo a Educação Profissional.

²⁷ RAMOS, M. Concepção e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

Considerações finais

No espaço-tempo de nossas atividades educacionais e suas contradições, examinamos a historicidade perversa do capitalismo de plataforma. A seguir, recuperamos dados sobre os percalços das políticas educacionais que pudessem romper a imposição do trabalho e a negação da educação, privilegiando as necessidades do mercado. A seguir, da observação de um sistema público pautado pela formação integrada entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, apresentamos alguns de seus pressupostos.

Estes são pressupostos que supõem a valorização e a integração das diversas instâncias responsáveis pela educação no país como um todo e nos estados. Supõem investimentos intelectuais, morais e financeiros, a administração inteligente de todo o processo e o envolvimento de alunos e professores em um horizonte comum. Deslindar a realidade do possível na formação integrada supõe o desafio da experimentação, da avaliação e da pesquisa de acompanhamento dos sucessos e dos limites de cada experiência.

No Brasil, hoje, há um déficit de pesquisa para conhecer os estragos deflagrados com a imposição do Decreto no. 2.208/97. A sua revogação e a aprovação do Decreto no. 5.154/2004 trouxe a abertura e o estímulo à formação integrada, mas não trouxe a garantia de sua implementação. Tornou-se um slogan inútil para uns, mas também, uma proposta, um desafio para outros. Seu horizonte está na sociedade, na adesão ou recusa de escolas, gestores, professores e alunos (com suas famílias) de avançar para a ruptura com todas as formas duais que permeiam a sociedade de classes em que vivemos. Mas está, também, na necessidade de uma sinalização clara e efetiva do Ministério da Educação no papel de orientar e de apoiar os projetos de formação integrada.

Há a urgência das massas demandarem um novo ordenamento social. A educação é uma instituição necessária para incorporar a população a todo tipo de transformação social, efetiva, que se pretenda. Se, como é sobejamente conhecido, a educação é incapaz de mudar a sociedade desigual em que vivemos, ela é uma porta relevante para compreensão dos fundamentos da desigualdade e para a geração de uma nova institucionalidade no país.